



Assembleias no IPT e Amazul definiram os encaminhamentos das campanhas salariais

Andamento das campanhas salariais avança na categoria

As campanhas salariais de 2019 seguem em andamento e algumas delas já foram encerradas. Na Fundação de Apoio ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas (FIPT), as negociações obtiveram reajustes escalonados que garantiram até 5% de aumento real. A campanha salarial do IPT também foi encerrada recentemente. Nela, foi garantida a continuidade dos atuais benefícios e a recomposição salarial pelo IPC-FIPE (4,77%).

Na Amazul, a campanha salarial caminhou para Dissídio Coletivo após a empresa oferecer apenas 1,2% de reajuste salarial e os trabalhadores realizarem greve. Depois de audiência de conciliação, a Amazul ofereceu 2,5% de reajuste. Nas próximas semanas, os funcionários avaliarão essa proposta em assembleia.

As negociações no CNPEM aguardam resposta da empresa para que tenham início. A pauta de reivindicações já foi deliberada em assembleia e enviada à direção. Nas demais empresas com data-base em agosto, o SINTPq aguarda a adesão dos trabalhadores e trabalhadoras à campanha salarial. Nelas, os índices de sindicalização são baixos, o que inviabiliza a sustentabilidade financeira do sindicato. Portanto, os profissionais avaliarão internamente se desejam apoiar o SINTPq e seguir com as negociações coletivas. Por ora, o sindicato segue aguardando a resposta dos funcionários

Data-base novembro

O SINTPq iniciará as campanhas salariais com data-base em novembro ainda no mês de julho. Em breve, assembleias serão convocadas para que as reivindicações sejam discutidas. Além disso, seguindo o procedimento realizado nas empresas com data-base em 1º de agosto, a relação SINTPq/Trabalhador será debatida a fim de viabilizar a sustentabilidade financeira da entidade e garantir a continuidade das negociações coletivas. Se a sua empresa já está com a campanha salarial em andamento, fique atento aos comunicados do sindicato e mantenha-se informado.

Empresas com data-base em novembro

- Bayer • Cargill • CPqD • Daitan • FACTI • Eldorado
- NXP • SIDI • Venturus • Syntech



Podcast do SINTPq também está no Spotify!

Agora, o SindCast também está disponível no Spotify, uma das principais plataformas de streaming do mundo. Quem quiser conferir só precisa buscar por SindCast no App.

Parcialidade do poder judiciário também atinge os trabalhadores

As recentes revelações publicadas pelo site The Intercept Brasil, indicando a parcialidade do ex-juiz Sergio Moro e dos procuradores da Lava Jato, colocam em xeque a confiança no poder judiciário.

Essa desconfiança vai além dos processos envolvendo políticos. O que garante que o mesmo tipo de parcialidade não ocorre em processos trabalhistas e dissídios coletivos? Decisões judiciais proibindo greves e mobilizações dos trabalhadores tornaram-se recorrentes. A Greve Geral de 14 de junho foi um exemplo, com juízes e desembargadores buscando cercear o constitucional direito à greve.

Com a reforma trabalhista, o trabalhador é obrigado a pagar as custas dos processos, em caso de derrota. Dessa forma, eventuais decisões parciais, proferidas por juízes com viés pró-empresários, não representam apenas o não recebimento das verbas pleiteadas, mas também



significativos custos processuais.

Relações de trabalho justas dependem de um poder judiciário verdadeiramente imparcial. Já imaginou processar sua empresa por irregularidades e ficar sabendo que o juiz responsável aconselha constantemente o empresário e seus advogados?

Brasil é classificado como um dos 10 piores países para os trabalhadores

Pela primeira vez, o Brasil está na lista dos dez piores países do mundo para os trabalhadores e trabalhadoras, de acordo com o Índice Global de Direitos da Confederação Sindical Internacional (CSI), divulgado no dia 19 de junho, durante a 108ª Conferência Internacional do Trabalho da OIT, que ocorre em Genebra, na Suíça.

O Índice Global de Direitos deste ano classificou 145 países de acordo com 97 indicadores reconhecidos internacionalmente. Esses indicadores apontam em quais países os trabalhadores e as trabalhadoras estão menos protegidos tanto no que diz respeito à legislação quanto à prática sindical. Segundo o índice, Arábia Saudita, Argélia, Bangladesh, Brasil, Colômbia, Filipinas, Guatemala, Cazaquistão, Turquia e Zimbábue são os dez piores países do mundo para os trabalhadores.

Confira as principais conclusões do Índice Global de Direitos da CSI 2019

- 85% dos países violam o direito de greve.
- 80% dos países negam a alguns trabalhadores ou a todos o direito de negociação coletiva.
- Passou de 92 para 107 o número de países que excluem os trabalhadores do direito de filiação aos sindicatos.
- Em 72% dos países, os trabalhadores não têm acesso à Justiça ou têm o direito restringido.
- Dos 145 países analisados, 54 negam ou limitam a liberdade de expressão e reunião.
- As autoridades impediram o registro de sindicatos em 59% dos países analisados.
- Trabalhadores foram vítimas de violência em 52 países.
- Foi constatado assassinatos de sindicalistas em dez países: Bangladesh, Brasil, Colômbia, Filipinas, Guatemala, Honduras, Itália, Paquistão, Turquia e Zimbábue.